



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2010

SUMÁRIO

Apresentação	03
Membros da CDHM.....	06
Números das atividades da CDHM.....	07
A CDHM e o Orçamento da União	07
- Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	07
- Emendas ao Orçamento da União 2011.....	08
Lista de atividades da CDHM	09
Eventos realizados.....	11
3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)	11
Federalização dos crimes contra direitos humanos	12
Direitos Humanos e Meio Ambiente.....	13
Segurança Pública e Direitos Humanos.....	14
Direito à Moradia	16
Direito à Comunicação.....	17
Diversidade	18
Política Externa e Direitos Humanos.....	20
Monitoramento de violações de direitos.....	23
Direito à memória e à verdade.....	24
Anistia.....	26
Igualdade Racial.....	28
Povos Indígenas.....	28
Direitos dos trabalhadores.....	29
Participação da CDHM em fóruns de cooperação.....	29
Notas oficiais	33

APRESENTAÇÃO

*Deputada Iriny Lopes
Presidente*

A gestão que se encerra neste começo de 2011 foi um período de consolidação de prioridades para os direitos humanos, reunidos no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 e no projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. As propostas enfileiradas no PNDH 3 foram amplamente legitimadas pela 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e por significativos processos de debate e negociação, nos quais a Comissão de Direitos Humanos e Minorias teve papel destacado.

Entre os desafios enfrentados, em articulação com a sociedade civil e outras instituições públicas da área, ganharam relevo questões como o direito à verdade e à memória, os direitos da infância, adolescência e da juventude, pessoas com deficiência, a questão racial e os direitos dos povos indígenas, os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos econômicos e a prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais.

Eventos relacionados neste relatório, como seminários, audiências públicas e missões externas, muitas vezes não se encerram em si mesmos. Constituíram oportunidades para a defesa de princípios democráticos, de direitos de minorias e de grupos vulneráveis. Muitas vezes os eventos desencadeiam articulações de importância estratégica entre os defensores de direitos, além de dar visibilidade e voz a segmentos como trabalhadores sem-terra, movimentos de mulheres, atingidos por desastres socioambientais, quilombolas, gays, lésbicas, travestis e transsexuais, lideranças juvenis, detentos, adolescentes e crianças vítimas de violência.

Entretanto, 2010 não se caracterizou pela produção de novas leis. De um lado em razão do natural esvaziamento do Parlamento no segundo semestre, polarizado pelas eleições nacionais. De outro lado, a Comissão tem emitido menos pareceres sobre matérias do que poderia. Isso decorre do conceito restritivo de direitos humanos que tem balizado o despacho de matérias pela Secretaria Geral da Mesa à CDHM.

A esse propósito, a Comissão defendeu junto à Mesa a adoção de um leque temático mais amplo, em consonância com os direitos já positivados na legislação nacional e nos tratados internacionais. Desta forma, a CDHM passaria a dar pareceres sobre uma diversidade e um número maior de proposições legislativas, incorporando as novas "gerações" de direitos humanos, como as dos campos econômico, social, cultural e ambiental.

Matérias em tramitação

Para a nova legislatura que se inicia em 2011, gostaria de deixar registrada a necessidade de se retomar e fazer avançar a análise de matérias que foram

objeto de significativos esforços da comunidade de direitos humanos nos últimos anos.

Começo lembrando o Projeto de Lei 2980/04, que cria o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, de onde deverá seguir ao plenário da Câmara. É matéria fundamental para resguardar a vida e os direitos dos defensores, face às deficiências quanto à proteção de movimentos sociais e militantes de direitos humanos ameaçados e criminalizadas.

Também a merecer atenção é o PL 370/07, que tipifica o crime praticado por grupos de extermínio e o crime organizado. De iniciativa do Deputado Luiz Couto, a matéria está pronta para votação no plenário da Câmara. O projeto surgiu inicialmente como desdobramento de proposições da CPI dos grupos de extermínio no Nordeste e será um instrumento de grande impacto no enfrentamento desse tipo de violação, uma das mais recorrentes no país.

O PL 5546/01, apensado ao 5233/05, estabelece medidas de prevenção e regras para a persecução penal das práticas de tortura. Matéria sujeita à apreciação do plenário, está pronta para votação naquela etapa final da tramitação na Câmara, de onde segue para o Senado. Esse projeto foi elaborado por um grupo de trabalho da CDHM, com base na experiência do colegiado e de entidades da sociedade civil que também participaram do GT.

A Proposta de Emenda à Constituição 438/01, que combate o trabalho escravo, estende a expropriação de terras sem direito à indenização aos casos de exploração de mão-de-obra análoga à escravidão e destina as propriedades confiscadas à reforma agrária. Aprovada no primeiro turno em 2004, sob o impacto do assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego, em Unaí (MG), encontrou resistências para a votação em segundo e definitivo turno na Câmara. Em seguida, a PEC 438/2001 terá que retornar ao Senado.

Finalmente, cabe destacar o PL 7376/10, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a ser examinada por uma Comissão Especial. Reflexo de lutas e demandas da sociedade, inclusive em eventos que tem sido realizados por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o projeto vem preencher uma lacuna no processo de determinação dos fatos históricos ocorridos durante a ditadura instaurada pelo golpe de 1964.

Não seria possível relatar cada um dos casos individuais acompanhados pela Comissão, mas o conjunto dos 156 casos instaurados em 2010 indicam o amplo trabalho de atendimentos individuais e coletivos,. Em todos eles, buscou-se acompanhar os procedimentos solicitados, cobrando respostas e monitorando resultados alcançados. Nossa orientação foi a de que todo o cidadão ou entidade que procura a CDHM deve ser atendido com atenção, buscando-se soluções e equacionamento junto aos órgãos dos poderes públicos competentes em cada caso.

As conquistas mais significativas em direitos humanos são fruto da organização na sociedade civil e no Poder Público, cada qual com suas especificidades. As perspectivas de novos avanços também devem estar associadas a mais articulação entre as organizações e os defensores de direitos humanos.

Ao disponibilizarmos à leitora e ao leitor este resumo das atividades que representam os temas mais recorrentes do cotidiano desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, resgatamos o dever de transparência na prestação de contas, desejando que este documento possa ser útil como instrumento de informação e pesquisa no fortalecimento das lutas pelos direitos humanos.

MEMBROS DA CDHM EM 2010

Presidente: Iriny Lopes (PT/ES)
 1º Vice-Presidente: Janete Rocha Pietá(PT/SP)
 2º Vice-Presidente: Domingos Dutra (PT/MA)
 3º Vice-Presidente: Veloso (PMDB/BA)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PtdoB	
Domingos Dutra-PT/MA	Angelo Vanhoni-PT/PR
Iriny Lopes-PT/ES	Edson Santos-PT/RJ
Janete Rocha Pietá-PT/SP	Iris de Araújo-PMDB/GO
Jurandy Loureiro-PSC/ES	Jair Bolsonaro-PP/RJ
Larte Bessa-PSC/DF	Lincoln Portela-PT
Lucenira Pimentel-PR/AP	Luiz Couto-PT/PB
Nelson Goetten-PR/SC	Paulo Henrique Lustosa-PMDB/CE
Paes de Lira-PTC/SP	Regis de Oliveira PSC/SP
Pedro Wilson-PT/GO	Sabino Castelo Branco-PTB/AM
Suely-PR/RJ	
Veloso-PMDB/BA	
PSDB/DEM/PPS	
Geraldo Thadeu-PPS/MG	Dimas Ramalho-PPS/SP
	Marcelo Itagiba-PSDB/RJ
	Márcio Junqueira-DEM/RR
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Mário Heringer-PDT/MG	Paulo Rubem Santiago-PDT/PE
Pompeo de Mattos-PDT/RS	
PHS	
1 VAGA	Miguel Martini-PHS/MG
PRB	
1 VAGA	Márcio Junqueira-PRB/BA
PV	
Antônio Roberto-PV/MG	Dr. Talmir-PV/SP
PSOL	
Chico Alencar-PSOL/RJ	Luciana Genro-PSOL/RS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Fones: 55(061) 3216-6570 - Fax: 55(061) 3216-6580

E-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>

Twitter: <http://twitter.com/cdhcamara>

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II - Sala 185 A CEP 70160-900
 Brasília-DF - Brasil

NÚMEROS DE ATIVIDADES DA CDHM

Fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011

- 10 Reuniões deliberativas
- 12 Seminários
- 09 Audiências públicas
- 16 Outros eventos
- 156 Processos instaurados para acompanhar casos de possíveis violações

A CDHM E O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Cada comissão permanente da Câmara tem direito a apresentar quatro emendas ao Orçamento da União (OU) e cinco emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na sua respectiva área temática. A CDHM valorizou o processo orçamentário buscando priorizar ações de políticas públicas voltadas para os direitos humanos.

Várias propostas de emendas foram recepcionadas tanto de entidades da sociedade civil quanto de órgãos governamentais executores de programas no setor. Colocadas em votação, as emendas relacionadas a seguir foram aprovadas pelo voto do plenário da Comissão.

Além de debater e apresentar as emendas, a Comissão atuou no acompanhamento dos desdobramentos de sua tramitação no Congresso Nacional e, posteriormente, na tentativa de garantir a efetiva execução dos recursos destinados.

EMENDAS DA CDHM PARA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do Orçamento da União para o ano a que se refere. As emendas da CDHM aprovadas para a LDO de 2011, em 02 de junho de 2010, foram as seguintes:

PROGRAMA/AÇÃO	META
Programa: 0154 – Garantia e Acesso a Direitos – SEDH 1. Ação: Apoio à mobilização para o registro civil de nascimento e fornecimento de documentação civil básica.	Iniciativa apoiada (unidade): 30
Programa: 1404 – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SEDH)	Pessoa atendida (unidade): 3.000

2. Ação: Centros Integrados de Apoio para Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa.	
Programa: 1086 – Promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência – SEDH 3. Ação: Apoio à implantação de conselhos de direitos das pessoas com deficiência em estados e municípios.	Conselho implantado(unidade): 40
Programa: 0073 – Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes(SEDH) 4. Ação: Apoio a Comitês de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	Comitê apoiado (unidade): 27
Programa: 0154 - Garantia e acesso a direitos (SEDH) 5. Apoio a centros de referência em direitos humanos .	Centro apoiado (unidade) 30

EMENDAS DA CDHM AO ORÇAMENTO DA UNIÃO/2011

As emendas ao Orçamento da União devem incidir sobre ações já previstas no projeto de Orçamento da União, encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Aprovadas em 17 de novembro de 2010, estas são as emendas sugeridas pelo plenário da CDHM:

PROGRAMAS/AÇÕES	VALOR PREVISTO NO ORÇAMENTO PARA 2010	EMENDA PROPOSTA PELA CDH
Programa: Proteção a pessoas ameaçadas (SEDH) 1. Ação: Proteção a defensores de direitos humanos.	R\$ 2.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
Programa: Garantia e acesso a direitos 2. Ação: Apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia (solic. SEDH)	R\$ 800.000,00	R\$ 11.000.000,00
Programa: Brasil Quilombola (solicitação do Ministro da SEPPIR) 3. Ação: Fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos –SEPPIR	R\$ 7.916.000,00	R\$ 100.000.000,00
Programa: Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres 4. Ação: Ampliação e consolidação da Rede de Serviços Especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	R\$ 25.700.000,00	R\$ 145.000.000,00

LISTA DE ATIVIDADES REALIZADAS EM 2010

- 18/01: Reunião pública sobre o PNDH-3
- 03/02: Recepção à delegação parlamentar do Reino Unido
- 03/02: Homenagem à defensora de direitos humanos Neide Castanha
- 04/02: Reunião pública sobre o PNDH-3
- 24/03: Audiência pública sobre Federalização do caso Manoel Mattos
- 07/04: Audiência pública sobre impactos sociais, ambientais e econômicos de usinas hidrelétricas
- 08/04: Sessão comemorativa alusiva ao Dia Internacional do Autismo
- 15/04: Diligência a Caxias do Sul(RS) sobre repressão contra trabalhadores da Randon
- 20/04: Audiência pública sobre PNDH-3 (com Ministro Paulo Vannuchi)
- 28/04: Audiência pública sobre Sistema de Segurança Pública com respeito aos direitos humanos
- 05/05: Audiência pública sobre remoção compulsória de moradores de comunidades no RJ
- 06/05: Seminário sobre Políticas de Comunicação e divulgação do 17º Ranking da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”
- 18/05: VII Seminário LGBT no Congresso Nacional
- 19/05: Audiência pública sobre alterações na Lei de Execução Penal
- 25/05: Reunião com Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Formas Contemporâneas de Escravidão
- 26/05: Reunião com Vice-Presidente do Subcomitê de Prevenção de Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU)
- 26/05: Diligência a hospitais do Entorno do DF
- 16/06: Políticas públicas voltada para o autista em comemoração ao Dia do Orgulho Autista
- 23/06: Audiência pública sobre Indicadores de Desenvolvimento de Mídia e lançamento de publicação da UNESCO sobre o tema
- 23/06: Inauguração do Plenário Adão Pretto (plenário 9)
- 30/06: Seminário “Política Externa e Direitos Humanos”
- 01/07: Seminário sobre encaminhamentos da I Conferência Nacional de Comunicação
- 07/07: Reunião pública do Grupo de Trabalho sobre Emergências Socioambientais
- 13-14/07: Seminário “Os 20 anos do ECA e as políticas públicas: conquistas e desafios”
- 16-18/08: 4º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos
- 18/08: 41ª Caravana da Anistia (em parceria com a Comissão de Anistia/MJ)

- 05/11: Reunião com ONG Francisco Internacional
- 09/11: Lançamento da revista “Descolados” (em parceria com o INESC)
- 18/11: Seminário “Situações Emergenciais Socioambientais e Direitos Humanos”
- 23/11: Seminário “Escola sem Homofobia”
- 24/11: Seminário “Assassinatos praticados contra população LGBT”
- 22/12: Exibição do vídeo “Raça Humana”, sobre cotas raciais (em parceria com TV Câmara)
- 08/12: Lançamento de relatórios 2010 do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
- 09/12: Diligência ao Rio de Janeiro (visita ao Complexo do Alemão e à Vila Cruzeiro)
- 14/12: Seminário Internacional sobre Comissões de Verdade.

EVENTOS REALIZADOS

(audiências públicas, seminários e outros)

3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)

CDHM e entidades realizaram reunião e coletiva sobre o PNDH-3

A CDHM, juntamente com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e a Plataforma DhESCA Brasil, realiza, realizou no dia 18 de janeiro, uma reunião seguida de entrevista coletiva a respeito da polêmica envolvendo o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

O evento teve o objetivo de apresentar o ponto de vista da Comissão e das entidades que participaram do processo de elaboração do PNDH-3 acerca das críticas ao Programa, que incluem acusações de autoritarismo e até de tentativa de golpe contra a democracia.

CDHM promove novo debate sobre o PNDH-3

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados realizou, no dia 4 de fevereiro, um novo debate a respeito do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Apesar do recesso oficial da Câmara, duas semanas antes já havia ocorrido um debate sobre o tema, que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil e dos deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, Pedro Wilson (PT-GO), vice-presidente da mesma Comissão, e Domingos Dutra (PT-MA), além de representantes de outros parlamentares que não puderam estar presentes, como Chico Alencar (PSol-RJ) e Iriny Lopes (PT-ES).

Para este novo debate, foram convidadas entidades que possuem críticas às propostas do PNDH-3 e ao processo que resultou no documento, publicado na forma do decreto n.º 7.037, de 22 de dezembro passado.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram convidadas a enviar representantes, na condição de expositores, ao debate.

Além destas instituições, completaram a lista de entidades convidadas como expositoras: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Movimento Nacional de Direitos Humanos, Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Universidade de Brasília (UnB); Articulação de Mulheres Brasileiras e o professor Fernando Paulino, da Faculdade de Comunicação da UnB, que foi

integrante da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Ministro Vannuchi defende PNDH-3 em audiência pública na CDHM

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, participou, como expositor, de audiência pública realizada pela CDHM, no dia 20 de abril, em parceria com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A audiência pública durou mais de três horas e, além de uma grande presença do público, mais de duas dezenas de deputados participaram da atividade, inclusive muitos de posições contrárias às resoluções do PNDH-3.

Federalização dos crimes contra direitos humanos

Assassinato de Manoel Mattos e ação de grupos de extermínio foi tema de audiência pública

A CDHM realizou, no dia 24 de março, audiência pública para debater a federalização das investigações sobre o assassinato do advogado Manoel Mattos, ocorrido em janeiro de 2009.

A audiência ocorreu a partir de requerimento apresentado pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), ele próprio um alvo dos grupos de extermínio que atuam em Pernambuco e na Paraíba.

Manoel Mattos, advogado, defensor de direitos humanos, então vice-presidente do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco, foi assassinado por pistoleiros na praia de Acaú, em Pitimbu, litoral sul da Paraíba, no dia 24 de janeiro de 2009.

O advogado foi morto a tiros de pistola e espingarda calibre 12, enquanto conversava com amigos no terraço da residência de veraneio onde se encontrava.

O crime foi uma reação ao trabalho de Mattos contra grupos de extermínio que atuam em Pernambuco e na Paraíba.

As denúncias de Manoel Mattos contribuíram com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Pistolagem em várias regiões do Brasil.

Entidades de direitos humanos e parlamentares solicitaram a federalização das investigações do assassinato de Manoel Mattos.

Em agosto de 2009, o Procurador Geral da República aceitou o pedido de deslocamento de competência, o que ocorreu em outubro de 2010, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Participaram da audiência pública, como expositores, a Dra. Gilda Pereira Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal; Andressa Caldas, da Justiça Global; Danielle Marinho, da Dignitatis; Nair Ávila dos Anjos, mãe de Manoel Mattos; Rosemary Souto Maior de Almeida, Promotora de Justiça da Comarca de Itambé(PE), e Fernando Mattos, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Direitos Humanos e Meio Ambiente

CDHM debate impactos das grandes barragens

A CDHM realizou, no dia 7 de abril, audiência pública para debater os impactos sociais, ambientais e econômicos da implantação das usinas hidrelétricas de Estreito, no Maranhão, e Belo Monte, no Pará.

Para o deputado Domingos Dutra, autor do requerimento que propõe a audiência, é necessário ouvir as comunidades atingidas pelos projetos de grande magnitude. “Queremos promover o desenvolvimento do país com sustentabilidade econômica, ambiental e social. Para isso, é extremamente necessário proteger as comunidades que podem ter os seus direitos humanos violados pelos grandes projetos de infraestrutura, tais como as usinas hidrelétricas”, justificou Dutra, que acompanha a implantação da hidrelétrica de Estreito, no sul do Maranhão.

Participaram como expositores da audiência: Guilherme Zagallo, Relator Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma Dhesca Brasil; Cirineu da Rocha, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Dalsivan Rocha Coelho, do Fórum dos Atingidos pela Barragem de Estreito(MA); Sandra Cureau, Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal.

Emergências e desastres socioambientais

A CDHM realizou, no dia 7 de julho, reunião pública do Grupo de Trabalho criado para tratar das situações de emergências socioambientais no Brasil.

O evento contou com a participação de bom público e dos seguintes expositores: Ivo Poletto, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, e José Magalhães de Sousa, da Cáritas Brasileira. Este tema tem sido objeto de preocupação especial da CDHM desde 2009, que tem dialogado com entidades da sociedade civil e instituições públicas atuantes no tema, sempre visando integrar a perspectiva de preservação do meio ambiente e a visão dos direitos humanos.

Prevenção, atendimento e reparação em debate

Debater medidas de prevenção, atendimento e reparação de prejuízos e direitos violados em consequência de desastres socioambientais. Esse foi um dos objetivos do seminário que a CDHM realizou no dia 18 de novembro.

O seminário “Emergências Socioambientais e Direitos Humanos: Novos paradigmas da prevenção de desastres” foi realizado em parceria com várias entidades da sociedade civil e instituições públicas, integrantes do Grupo de Trabalho sobre Emergências Socioambientais, criado no âmbito da CDHM, em outubro de 2009.

Participaram do evento os seguintes expositores: Miriam Medeiros de Godoy Farah, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Gilda Pereira Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF); Yvo Lesboupin, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Victor Jun Arai, da Oxfam GB; Ivo Poletto, do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social; Tatiana Reichert, da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús/SC (ADARB); Alexandra Bezerra da Silva, representante das famílias desabrigadas da Mata Sul de Pernambuco; Margareth Alheiros, professora da UFPE, doutora em Geologia Ambiental; José Magalhães de Sousa, da Cáritas Brasileira; Daniela da Cunha Lopes, do Ministério da Integração Nacional e Wanderley Gomes da Silva, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

CDHM recebe crianças de todo o Brasil ligadas a projeto sobre mudanças climáticas

No dia 8 de dezembro, a CDHM recebeu a visita de um grupo de crianças de todo o Brasil, entre 12 e 16 anos, participantes de um projeto da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) sobre mudanças climáticas.

As crianças participaram de um encontro em Brasília(DF) que ocorreu em paralelo à Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 16), organizado pela CESE, em parceria com diversas entidades e movimentos sociais. A carta final do encontro foi lida em atividade oficial da CDHM no dia 8 de dezembro.

Segurança Pública e Direitos Humanos

CDHM debate deficiências da segurança pública

A CDHM debateu em audiência pública, no dia 28 de abril, as deficiências e melhorias necessárias do sistema de segurança pública em relação aos direitos humanos.

A deputada Iriny Lopes, presidente da CDHM e autora da iniciativa, lembrou o papel da Comissão na discussão do tema e na construção da I Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em agosto de 2009.

Participaram, como expositores da audiência: Leonardo Mendes Cardoso, da Associação Brasileira de Medicina Legista; Juliana Márcia Barroso, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça); Paulo Roberto Fagundes, do Instituto de Criminalística da Polícia Federal e Lúcio Ferreira Guedes, Defensor Público Federal.

Audiência pública sobre propostas de alterações na execução penal

A CDHM realizou, no dia 19 de maio, audiência pública para debater sugestões de mudanças na Lei de Execução Penal (7.210/84), em especial nas regras de progressão de pena, soltura e acompanhamento dos presos após soltura.

O deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG), que sugeriu o debate, avaliou a necessidade de alterações na Lei de Execução Penal para evitar casos como o do pedreiro Ademar Jesus da Silva, que confessou ter assassinado seis adolescentes em Luziânia (GO), enquanto cumpria pena em regime semi-aberto.

Entretanto, a conclusão da maioria dos presentes à audiência pública aponta que Lei de Execução Penal não precisa ser alterada, mas efetivamente aplicada.

Participaram como expositores da audiência: Cynthia Ciarallo, do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Marcelo Migon – Médico Psiquiatra da Associação Brasileira de Psiquiatria; Kellyane Moreno, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPN/MJ); Luiz Fabrício, representante do Departamento Penitenciário Nacional (DEPN/MJ); Dálio Zippin, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Diligência ao Maranhão sobre situação prisional e violência no estado

A CDHM realizou diligência ao estado do Maranhão nos dias 18 e 19 de novembro para investigar a situação prisional e alguns casos emblemáticos de assassinato ocorridos naquele estado.

A diligência, iniciativa do deputado Domingos Dutra (PT-MA), foi composta por quatro deputados federais: Dr. Talmir (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ), Geraldo Thadeu (PPS-MG) e o proponente.

O motivo principal da visita foi a morte de dezoito detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, durante rebelião ocorrida na segunda e terça-feira (9/11). Além disso, a comitiva investigou três assassinatos considerados emblemáticos: Flaviano Neto (morto no dia 0 de novembro passado), líder do quilombo Charco, no município de São Vicente de Ferrer; Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar (morto em março de 2007), então prefeito de Presidente Vargas; e Paulino José Sodre, conhecido como “Cabo Sodré” (morto em maio deste ano).

A diligência visitou o Complexo de Pedrinhas, realizou audiência pública na Assembleia Legislativa e reuniões com autoridades públicas e testemunhas dos casos a serem investigados.

Diligência avalia situação de comunidades pacificadas no Rio de Janeiro

No dia 9/12, o deputado Chico Alencar (PSol-RJ) representou a CDHM em diligência às comunidades do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, que foram o foco de operações realizadas pela polícia do Rio de Janeiro no mês de novembro. Além da visita, a agenda da diligência incluiu reuniões com autoridades federais e estaduais da área de segurança pública.

Direito à Moradia

CDHM debate proposta de remoção de comunidades do Rio de Janeiro

A CDHM debateu em audiência pública, no dia 5 de maio, proposta de remoção de comunidades localizadas em áreas de risco no Rio de Janeiro.

A preocupação da CDHM consistiu nas eventuais violações de direitos que poderão ocorrer durante os processos de remoção, caso venham a se confirmar.

Participaram, como expositores: Nelson Saule Júnior, do Instituto Pólis; Maria Lúcia de Pontes, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Núcleo de Terras e Habitação; Sônia Maria Andrade dos Santos, Oficial Titular do Cartório do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do RJ; Luiz Antônio Pereira Lopes, da Pastoral de Favelas do Rio de Janeiro; Orlando Júnior, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

Além disso, a audiência pública também ouviu, na condição de depoentes, pessoas das comunidades afetadas pelas propostas de remoção: Roberto Maggesi de Sousa Filho, da comunidade do Alto da Boa Vista; Mariza Maria Conceição do Nascimento, da comunidade do Complexo do Alemão; Cleber José da Fonseca, da comunidade do Complexo de Manguinhos; Cleia Soeiro Folly, da comunidade do Canal do Anil; Altair Antunes Guimarães, da comunidade Vila Autódromo; Eliza Rosa Brandão da Silva, da comunidade dos

Prazeres; Francisco Carlos Ferreira de Souza, da Associação das Vítimas do Morro do Bumba.

Direito à Comunicação

Seminário debate políticas públicas de comunicação e divulga o 17º Ranking da Baixaria na TV

A CDHM realizou, no dia 6 de maio, seminário para debater as diretrizes de comunicação constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e divulgar o 17º ranking da campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania".

O PNDH-3 prevê treze ações e cinco recomendações para efetivação do direito à comunicação. Elas estão previstas em duas (20 e 22) das suas vinte e cinco diretrizes.

Participaram como expositores do seminário, na primeira mesa, que tratou discutiu "Políticas públicas de comunicação nas propostas no PNDH3": Venício de Lima, sociólogo, jornalista e professor aposentado da UnB; Raquel Moreno, da Associação Brasileira de Pesquisadores de Mercado Opinião e Mídia e integrante da coordenação-executiva da campanha pela Ética na TV, e Cláudia de Abreu, jornalista e diretora da TV Comunitária de Niterói.

Na segunda Mesa, que abordou o 17º ranking da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", foram expositores: Cláudio Ferreira, pesquisador e jornalista da TV Câmara; Claudia Cardoso, integrante da coordenação-executiva da campanha pela Ética na TV.

Sobre a campanha, em 2010 a PDFC, a partir de provocação da CDHM, propôs à Rede Globo de Televisão um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em relação ao programa Big Brother Brasil (BBB), por conta de inúmeras denúncias feitas contra o mesmo. A emissora, entretanto, não aceitou o TAC.

Indicadores sobre desenvolvimento da mídia são debatidos em audiência

A CDHM realizou, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, no dia 23 de junho, audiência pública sobre o tema "Indicadores de Desenvolvimento de Mídia", título também da publicação elaborada pelo Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC) da Unesco, e lançada neste evento.

Participaram como expositores da audiência pública: Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF); Guilherme Canela, Coordenador de Comunicação e Informação da UNESCO; Fábio de Sá e Silva e Félix Garcia Lopez Júnior, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Amilcare Dallevo Júnior, da Associação Brasileira de Rádio Difusores (ABRA) e Carolina Ribeiro, do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Diversidade

VII Seminário LGBT no Congresso Nacional

A CDHM realizou, no dia 18 de maio, em parceria com as comissões de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, o VII Seminário LGBT no Congresso Nacional, com o tema “Direitos Humanos de LGBT: cenários e perspectivas”.

O encontro foi dividido em duas mesas de debates: “Análise da Situação dos Direitos Humanos de LGBT no Brasil”, e “União estável, Estado laico e fundamentalismo religioso”.

Os expositores do seminário foram: Pedro Chequer do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids; deputada federal Fátima Bezerra (PT-RN), integrante da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT; Léo Mendes, Secretário de Finanças da ABGLT; Tathiane Araújo, Secretária de Direitos Humanos da ABGLT; Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, advogada, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina; Marcos Alves da Silva, professor de Direito Civil, Advogado e Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil; Jean Wyllys, jornalista, escritor e professor da ESPM e Universidade Veiga de Almeida; deputado federal José Genoíno (PT-SP), integrante da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT; deputado federal Chico Alencar (PSol-RJ), integrante da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT; Irina Bacci, Secretária-Geral da ABGLT e Carlos Magno, Secretário de Comunicação da ABGLT.

Audiência pública em comemoração ao Dia do Orgulho Autista

A CDHM, realizou, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, no dia 16 de junho, audiência pública para debater o tema “Políticas públicas voltadas para o autista”, em comemoração ao Dia do Orgulho Autista, celebrado internacionalmente no dia 18 de junho.

A audiência pública foi proposta com o objetivo de promover o debater sobre as necessidades e condições especiais que precisam ser garantidas a milhares de famílias brasileiras que convivem com pessoas autistas.

A audiência também se revestiu do caráter educativo de ampliar a visibilidade e o reconhecimento social da diversidade dos seres humanos também na sua dimensão neurológica e cognitiva.

Vale dizer, aliás, que tal objetivo se identifica plenamente com os princípios que norteiam os direitos humanos e estão sintetizados na expressão: “igualdade de direitos na diversidade de sujeitos”.

Participaram como expositores da audiência pública: Sandra Cerqueira, psicóloga e diretora da Escola Metamorfose de Niterói(RJ); José Salomão Schwartzmann, médico especialista em autismo e neurônios-espelho; Eliana Rodrigues Araújo, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Argemiro Garcia, mediador da lista de discussão Autismo no Brasil; Fernando Cotta, Coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência do GDF; Alexandra Capone, do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Seminário “Escola sem homofobia”

A CDHM realizou, em parceria com as comissões de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, no dia 23 de novembro, o seminário “Escola sem Homofobia”, que teve como objetivo debater o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual no ambiente educacional.

A deputada Iriny Lopes (PT-SP), autora do requerimento para realização do encontro, ressaltou que a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT) fez um levantamento nos últimos cinco anos e verificou que houve aumento significativo nas manifestações preconceituosas contra os grupos LGBT. Pesquisa em 11 capitais com docentes e estudantes do 6ª ao 9º ano da rede pública revelou que há falta de compreensão sobre o que é diversidade sexual.

Participaram do referido evento, como expositores: André Lázaro, do Ministério da Educação; Toni Reis, presidente da ABGLT; Dirceu Greco, do Ministério da Saúde; Yone Lindgren, da coordenação nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL); Jovanna Baby, presidenta da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Carlos Laudari, da Pathfinder do Brasil; Lena Franco, da Ecos - Comunicação em Sexualidade.

CDHM debate em seminário o tema: assassinatos motivados por homofobia

A CDHM, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, realizou seminário, no dia 24 de novembro, para debater o tema “Assassinatos praticados contra a população LGBT”.

A cada dois dias, em média, um homossexual é assassinado no Brasil. Os dados constam no mais recente Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais (LGBT), produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), apresentado em março de 2010.

Entre 2008 e 2009 foram registradas 387 mortes com possível motivação homofóbica entre a população LGBT brasileira. Em relação ao biênio 2006-2007, os registros indicam um incremento de 54% neste tipo de crime. A realidade da violência contra homossexuais, travestis e transsexuais, porém, é bem mais dura, por conta da subnotificação dos crimes, dizem os militantes dos direitos LGBT.

Alguns casos considerados emblemáticos foram debatidos no seminário, como o assassinato do adolescente Alexandre Ivo Rajão e a agressão sofrida pelo estudante Douglas Igor Marques, ferido por um tiro disparado por um sargento do Exército, em episódio após a 15ª Parada do Orgulho Gay do Rio de Janeiro, realizada em Copacabana, no dia 14 de novembro de 2010.

Angélica Ivo, mãe de Alexandre, morto no município de São Gonçalo(RJ), em maio passado, fez um depoimento durante o seminário.

Participaram, como expositores, do referido evento: Yone Lindgren, Coordenação Política Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas; Keila Simpson, Vice-Presidente da ABGLT; Toni Reis, Presidente da ABGLT; Cláudio Nascimento, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT do RJ e Superintendente de Direitos Individuais e Coletivos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Osvaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez, coordenador da pesquisa “Crimes Homofóbicos no Brasil: Panorama e Erradicação de Assassinatos e Violência Contra LGBT”; Érico Nascimento, Urbanista, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, Pesquisador Associado ao Nugsex Diadorim; Luiz Mott, antropólogo, historiador, pesquisador, professor emérito do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundador do Grupo Gay da Bahia e autor do livro Violação dos Direitos Humanos e Assassinatos de Homossexuais no Brasil.

Política Externa e Direitos Humanos

Seminário debate política externa com representantes das candidaturas presidenciais

A CDHM, em parceria com o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE), realizou, no dia 30 de junho, o seminário “Direitos Humanos e Política Externa”.

O evento teve como objetivo debater e avaliar a atuação do Brasil nos foros sub-regionais, regionais e multilaterais de direitos humanos (Mercosul, OEA e ONU) em 2010 e o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo país em direitos humanos.

As candidaturas presidenciais foram representadas no evento. Pela candidata Dilma Rousseff, Nilmário Miranda, ex-deputado federal e ex-Secretário de Direitos Humanos do governo Lula; pelo candidato José Serra, José Gregori, ex-Secretário dos Direitos Humanos e ex-Ministro da Justiça do governo Fernando Henrique; e, pela candidata Marina Silva, o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ).

Além destes, os demais expositores foram: ministro Silvio Albuquerque, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Carlos

Eduardo da Cunha Oliveira, da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores; Juliana Corbacho Neves dos Santos, da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Luís Emmanuel Cunha (GAJOP), representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; e Camila Asano (Conectas Direitos Humanos), também representando o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

CDHM recebe representantes dos dois parlamentos da Noruega

A CDHM recebeu, no dia 13 de março, uma delegação de parlamentares noruegueses, composta por representantes de seis partidos e dela fazem parte o presidente do parlamento nacional (Storting), Dag Terje Andersen (Partido Trabalhista), e o presidente do parlamento do povo Sami (Sameting), Egil Olli (também do Partido Trabalhista). O povo Sami é formado por comunidades autóctones que vivem na Escandinávia e na Rússia. Na Noruega, chegam a 80 mil habitantes.

Pela CDHM, estiveram presentes as deputadas Iriny Lopes (PT-ES), presidente da Comissão, e Janete Rocha Pietá (PT-SP), primeira vice-presidente, e os deputados Domingos Dutra (PT-MA), segundo vice-presidente, e Pedro Wilson (PT-GO).

A Embaixadora da Noruega no Brasil, Turid Rodrigues Eusébio, também participou da reunião, que durou cerca de duas horas.

Na conversa, foram abordados temas como as mudanças climáticas, a construção de hidrelétricas em áreas indígenas, além das similaridades e diferenças no funcionamento e na estrutura dos parlamentos noruegueses e brasileiro.

A Noruega possui dois parlamentos: o nacional, chamado de Storting, composto por 169 representantes, e o Sameting, parlamento voltado às do povo Sami, que possui 39 representantes escolhidos pelos eleitores cadastrados do povo Sami.

CDHM recebe Relatora da ONU sobre Escravidão Contemporânea

A CDHM recebeu, na manhã do dia 25 de maio, a advogada Gulnara Shahinian, Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

Gulnara Shahinian é armênia e exerce a função desde a sua criação, em maio de 2008. Sua missão ao Brasil, que teve início no último dia 17, prosseguiu até o dia 28. A agenda incluiu reuniões com representantes do poder público, entidades da sociedade civil, pesquisadores e lideranças comunitárias, além de visita a áreas onde foram registradas ocorrências de trabalho escravo.

Na Câmara e no Senado tramitam várias propostas sobre trabalho escravo e regimes laborais análogos à escravidão, com destaque para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que foi aprovada em primeiro turno ainda em 2004, mas enfrenta impasse para ser votada em segundo turno.

CDHM recebe Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU

CDHM recebeu, no dia 26 de maio, a visita oficial do vice-presidente do Subcomitê de Prevenção de Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), Mário Coriolano.

Entre os temas abordados na reunião, mereceu destaque o Protocolo Facultativo da Convenção da ONU contra a Tortura. O Brasil assinou o documento em 2003 e o Congresso Nacional o ratificou em 2006. Entretanto, até o momento ainda não foram criados mecanismos de monitoramento nas instituições de detenção, principais instrumentos para coibir a ocorrência da tortura.

Segundo o deputado Luiz Couto (PT-PB), integrante da CDHM, é necessário priorizar a criação desses mecanismos. “O processo burocrático, de elaboração, discussão e tramitação do projeto de lei, pode demorar bastante e, enquanto isso, a tortura continua se perpetuando como método usual nos órgãos policiais e prisionais do Brasil. E a vítima dessa omissão do Estado brasileiro é toda a sociedade, por isso é preciso que os mecanismos de monitoramento sejam criados urgentemente”, cobrou o parlamentar, que lembrou da responsabilidade do Executivo em elaborar e enviar ao Congresso Nacional o PL acerca do tema.

Reunião com ONG Francisco Internacional

Estiveram na CDHM, no dia 5 de novembro, representantes da ONG Francisco Internacional, com sede em Genebra, Suíça, e status consultivo junto às Nações Unidas.

A reunião teve como objetivo debater sobre o relatório periódico do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que em 2011 tratará sobre os direitos humanos no Brasil, e como a CDHM irá participar desse processo.

A CDHM ressaltou que colabora com a sociedade civil brasileira no processo de monitoramento do PIDESC e de elaboração do relatório periódico alternativo ao do governo, entre outras ações de monitoramento.

A parceria com a entidade foi estabelecida, especialmente no intercâmbio de informações e no encaminhamento de casos exemplares de violação de direitos humanos.

Seminário sobre os 20 anos do ECA

A CDHM realizou, nos dias 13 e 14 de julho, o seminário “Os 20 anos do ECA e as políticas públicas: Conquistas e Desafios”, no auditório Nereu Ramos.

O seminário contou com a participação de grande público, composto por relevantes atores do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, representantes das políticas públicas na área dos direitos humanos, da assistência social, da saúde e da educação e por representação dos conselhos de direitos (CONANDA), pesquisadores etc.

Os expositores, no seu conjunto, apresentaram um amplo panorama, demarcando as conquistas efetivadas pela consolidação da democracia participativa e os desafios na busca da universalização dos direitos humanos desta parcela da sociedade brasileira.

Também participaram representantes das candidaturas presidenciais: Dilma Roussef (PT), representada pela deputada federal Maria do Rosário (PT-RS); Ivan Pinheiro (PCB), representado por Edmilson Costa, seu candidato a vice-presidente; José Serra (PSDB), representado pelo senador Flávio Arns; Marina Silva (PV), representada por Maria Alice Setúbal; Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), representado por Paulo Búfalo, candidato do PSol ao governo de São Paulo; Rui Pimenta (PCO), representado por Edson Dorta, seu candidato a vice-presidente; e Zé Maria (PSTU), presente ao evento.

Lançamento da Revista Descolad@s, produzida por adolescentes

A CDHM promoveu no dia 9 de novembro o lançamento da primeira edição da revista **Descolad@s**, publicação informativa, com foco nos temas de direitos humanos, produzida por adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal que participam do projeto “Onda: adolescente em movimento pelos direitos”.

O projeto é uma ação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), tendo como apoiadores a KinderNotHilfe (KNH), organização alemã dedicada aos direitos da criança e do adolescente, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), além da CDHM.

O Conselho Editorial da publicação é composto por estudantes de várias escolas do Distrito Federal, enquanto o Conselho Pedagógico reúne representantes de entidades que atuam na defesa dos direitos humanos, especialmente dos direitos de crianças e adolescentes.

Monitoramento de violações de direitos

Relatores Nacionais de Direitos Humanos apresentam balanço de 2010

A CDHM recebeu, no dia 8 de dezembro, as Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) para a apresentação dos relatórios referentes ao trabalho realizado em 2010.

A atividade foi realizada em parceria com a Plataforma DHESCA Brasil, que coordena o projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

Os relatores são especialistas que monitoram a implementação dos direitos humanos no país e investigam situações emblemáticas. O projeto é inspirado no trabalho dos relatores especiais da ONU, que atuam sobre vários direitos humanos e temas afins.

O licenciamento de Belo Monte, a contaminação por urânio na Bahia, o aumento de casos de intolerância religiosa nas escolas, a realização de despejos urbanos, a situação das comunidades tradicionais no Pará e a realidade das mulheres encarceradas no Brasil são alguns dos temas trabalhados. A partir de denúncias encaminhadas, os/as Relatores/as foram a campo investigar casos de violações em cinco áreas: Meio Ambiente; Cidade; Educação; Saúde e Terra, Território e Alimentação. Durante as visitas coletaram informações, realizaram audiências com o poder público e conheceram de perto a vida de comunidades em todo o país.

Em dezembro de 2010, cinco relatorias integram o projeto:

- Cidade – Relator: Orlando Alves dos Santos Junior
- Educação – Relatora: Denise Carreira
- Meio Ambiente – Relatores: Marijane Lisboa e José Guilherme Zagallo
- Saúde Sexual e Reprodutiva – Relatora: Maria José de Oliveira Araújo
- Terra, Território e Alimentação – Relator: Sérgio Sauer

Direito à memória e à verdade

Seminário revela experiências internacionais de comissões da verdade

A CDHM realizou, no dia 14 de dezembro, o Seminário Internacional sobre Comissões de Memória e Verdade. A atividade foi fruto de parceria da CDHM com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O evento foi um marco importantíssimo no processo de criação da Comissão da Memória e da Verdade.

A CDHM sempre esteve na vanguarda desse debate, principalmente a partir de 2007, quando realizou, em parceria com dezenas de entidades civis e militares do país, o 1º Seminário Anistiados do Brasil. O trabalho desenvolvido pela CDHM, contribuiu de forma decisiva para fortalecer a proposta e esta ganhou força para ser incluída no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, atendendo assim a um anseio da sociedade, que ainda hoje busca passar sua história a limpo.

Participaram do seminário diversas personalidades com atuação destacada no Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina. Eles resgataram trágicos acontecimentos das ditaduras latino-americanas e da resistência que levou à sua superação.

Durante este evento foram feitas gravações de depoimentos de camponeses da Guerrilha do Araguaia. Homens e mulheres resgataram a memória de suas participações naquela que foi a mais famosa guerrilha contra a ditadura militar instaurada com o Golpe de 1964. A gravação dos testemunhos teve a parceria da CDHM com o Arquivo Nacional.

Em 2010, a CDHM realizou o 4º Seminário Latino - Americano de Anistia e Direitos Humanos. Os pontos marcantes do evento foram a homenagem aos militares da Aeronáutica que recusaram-se a praticar atos terroristas contra a população Civil de Porto Alegre e do Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70.

A sucessão de eventos realizados nos últimos anos pela CDHM nessa temática estimularam o questionamento sobre o fato de o Brasil não possuir sua Comissão da Verdade - a exemplo de outros países que passaram por ditaduras.

Seminário revela experiências internacionais de comissões da verdade

A CDHM realizou, no dia 14 de dezembro, o Seminário Internacional sobre Comissões de Memória e Verdade. A atividade foi fruto de parceria da CDHM com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Diversos países experimentaram tal mecanismo nas últimas décadas, a maioria após o fim de ditaduras militares, mas há também o caso da África do Sul, que instituiu uma comissão da verdade para investigar denúncias de crimes cometidos contra os direitos humanos durante o regime do Apartheid.

Participaram do referido evento, como expositores os seguintes convidados internacionais: o sulafricano Andries Carl Nel, Vice-Ministro da Justiça e Desenvolvimento da África do Sul; o norte-americano David Tolbert e o peruano Eduardo González, respectivamente presidente e diretor do Centro Internacional para Justiça Transicional; e a argentina Patrícia de Valdez, diretora da ong Memória Aberta.

Do Brasil, além do ministro Paulo Vannuchi, titular da Secretaria de Direitos Humanos desde 2005, participaram o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão; a Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, além de parlamentares como as deputadas federais

Iriny Lopes (PT-ES), presidente da CDHM, e Luíza Erundina (PSB-SP), os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

TV Câmara é premiada por reportagem sobre caso da CDHM

Documentário sobre cotas raciais nas universidades e série especial sobre tortura receberam prêmios na 32ª edição do prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

A TV Câmara foi agraciada em duas categorias do 32º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Na categoria Documentário, “Raça humana”, de Dulce Queiroz e equipe, foi o grande vencedor. Já a reportagem especial “Combate à tortura”, de Hanna Costa, Adson Palma, Fábio Pedrosa, Luciana César Cordeiro Couto e Sebastião Vicente, recebeu menção honrosa na categoria TV.

A reportagem sobre tortura contou a história de Aldo José Rodrigues, morador de Planaltina(DF) preso ilegalmente e torturado em 2003, quando tinha 21 anos, e depois libertado por falta de provas. Com a saúde debilitada, até e sua família relutaram muito em denunciar o episódio, temendo represálias. O caso foi acompanhado de perto pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, através do assessor jurídico Augustino Veit. A partir da ação da CDHM, Aldo Rodrigues começou a ter seus direitos reparados.

Anistia

IV Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos

Pelo quarto ano consecutivo, a CDHM realizou o Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos, entre os dias 16 e 18 de agosto. Na parte da manhã do dia 16, foi realizada uma Sessão Solene pelos 31 anos da Lei de Anistia no Plenário Ulysses Guimarães. No período vespertino ocorreram diversas oficinas para debater pautas relativas às anistias civis e militares e ao resgate da Memória e da Verdade. O evento lotou o auditório Nereu Ramos.

Dentre as homenagens realizadas no seminário, três militares foram agraciados: Alfeu Monteiro, Comandante da Base Aérea de Canoas(RS) em 1964, que impediu o bombardeio do Palácio do Piratini em Porto Alegre, quando o então governador Brizola resistia ao Golpe por meio da Campanha pela Legalidade; Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, conhecido como "Sérgio Macaco", capitão da FAB que impediu a explosão pelos militares do Gasômetro do Rio de Janeiro, o que poderia ter causado enorme número de vítimas; e Rui Moreira Lima, herói da 2ª Guerra Mundial e Comandante da Base Aérea de Santa Cruz(RJ), afastado após o Golpe de 1964.

Também foi homenageada Neusa Bringel, viúva de Renovato, camponês torturado por militares na Guerrilha do Araguaia. Neusa representou o conjunto de militantes e trabalhadores perseguidos pelo Estado.

Nesta edição do seminário foi incorporado com mais vigor o debate sobre a anistia dos demitidos do Governo Collor, dezenas de milhares de trabalhadores demitidos injustamente ou que tiveram direitos trabalhistas desrespeitados.

No encerramento do seminário, foi instalada a 41ª Caravana da Anistia. Composta pelos Conselheiros da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, a Comissão procedeu ao julgamento, com transmissão ao vivo para todo o Brasil via TV Câmara, de processos emblemáticos de anistia, como o do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Foram anunciadas as reparações devidas pelo Estado brasileiro em cada caso apreciado.

Diligência a Itabira(MG)

A CDHM participou, no dia 17 de junho, de audiência pública da Câmara Municipal de Itabira(MG), a partir de demanda do Movimento dos Anistiados da Companhia Vale do Rio Doce.

A audiência debateu as razões pelas quais os órgãos da administração pública federal têm postergado as ações que permitiriam o retorno efetivo dos servidores públicos demitidos durante a reforma administrativa do governo Collor (1990-1992).

Como representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados participaram da atividade a deputada Iriny Lopes (PT-ES), presidenta da CDHM, o deputado Luiz Couto (PT-PB) e a assessora técnica Mariza Ferreira, que foi homenageada pelo trabalho realizado em favor dos demitidos da Vale do Rio Doce durante a Reforma Collor. A anistia trabalhista tem sido objeto de ação permanente da CDHM, com acompanhamento e parceria junto a todos os fóruns de debates e de decisões.

Apesar de todos os esforços empreendidos pela CDHM e outros parlamentares para que os demitidos da antiga Vale do Rio Doce retornassem aos seus postos de trabalho, o DNPM suscitou um parecer da AGU quanto à sua competência para assumir esses trabalhadores, já que a antiga Vale havia sido privatizada.

Mais uma vez a CDHM entrou em campo buscando o cumprimento da Lei 8878/94 e do Decreto 5.115/2004 que estabelecia a competência da CEI - Comissão Especial Interministerial sediada no Ministério do Planejamento, para deliberar sobre os requerimentos apresentados.

Depois de exaustivas reuniões com o Ministério de Minas e Energia, conseguiu-se finalmente, no final de dezembro de 2010, que os demitidos da Vale do Rio Doce retornassem aos seus empregos. Centenas de anistiados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro reconquistaram sua dignidade e

estão, finalmente, exercendo suas atividades como servidores públicos depois de 20 anos em busca de seus direitos.

Igualdade Racial

CDHM promove exibição de Documentário premiado sobre cotas raciais

Tema polêmico em todos os espaços onde é debatido, a introdução do critério de cotas raciais para ingresso nas universidades é o foco do documentário “Raça Humana”, produzido pela TV Câmara e vencedor do prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos, edição 2010.

Com o intuito de celebrar o mês da Consciência Negra (novembro), a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, em parceria com o Coletivo Negro da Universidade de Brasília (UnB), realizou, no dia 02 de dezembro, uma sessão especial de exibição do “Raça Humana”, seguida de debate entre parlamentares, convidados e público presente.

A deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), vice-presidente da CDHM, presidiu a atividade, que contou com a participação de militantes, pesquisadores e estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

O vídeo reúne 40 minutos de debates sobre a adoção das cotas raciais nas universidades brasileiras. Durante três meses, a equipe coordenada por Dulce Queiroz, do Núcleo de Documentários da TV Câmara, acompanhou a rotina da Universidade de Brasília e entrevistou alunos cotistas e não-cotistas, professores, movimentos organizados, partidos políticos e representantes da UnB.

Povos Indígenas

Reunião com tupinambás do sul da Bahia

No dia 13 de abril, a CDHM recebeu uma delegação de indígenas da etnia Tupinambá, provenientes do sul da Bahia.

A reunião teve como objetivo ouvir a situação dos índios, que vivem na região de Ilhéus(BA) e relataram que estão sofrendo com um crescente processo de criminalização e com sucessivas ameaças por parte dos fazendeiros locais.

Um elemento grave nesse contexto foi a prisão do cacique Babau, em meados março, por acusação de formação de quadrilha. Babau foi posteriormente solto, mas responde é réu em ação judicial e o processo de criminalização e violação dos direitos do povo Tupinambá prossegue, segundo entidades indígenas.

A CDHM encaminhou ofícios à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, solicitando providências acerca do caso.

Além disso, a CDHM também recebeu uma comitiva de representantes dos produtores rurais, no dia 19 de maio.

Direito dos trabalhadores

Diligência ao Rio Grande do Sul investigou repressão a trabalhadores da empresa Randon

No dia 15 de abril, a CDHM participou de audiência pública na Câmara Municipal de Caxias do Sul(RS), para debater recente caso de repressão contra metalúrgicos da empresa Randon naquele município.

A comitiva da CDHM foi composta pela presidenta Iriny Lopes (PT-ES) e pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), juntamente com a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) e o deputado Pepe Vargas (PT-RS), não membros da Comissão, mas atuantes em temas de direitos humanos.

A audiência foi motivada por episódio de violência policial ocorrido na manhã de 12 de fevereiro de 2010, quando os funcionários da Randon faziam manifestação legítima em defesa da divisão dos lucros da empresa. A Brigada Militar atuou com violência desmedida e sem justificativa.

Participaram da audiência pública em Caxias do Sul autoridades públicas municipais e estaduais, lideranças políticas e comunitárias, operadores do Direito, dirigentes e membros de entidades da sociedade civil. O evento serviu para repudiar o ato de violência policial contra o protesto de trabalhadores.

PARTICIPAÇÃO DA CDHM EM FÓRUNS DE COOPERAÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias participa, por meio de deputados e assessores, de diversos fóruns coletivos, em que entidades do poder público e da sociedade civil se somam para atingir objetivos comuns. A maioria desses fóruns tem reduzido grau de formalização. Em todos eles, os integrantes atuam como voluntários, sem nenhuma remuneração. A CDHM tem mantido participação ativa, seja criando, estimulando ou integrando esses espaços democráticos. Eis os fóruns com participação e/ou coordenação da CDHM:

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) - A Comissão de Direitos Humanos participa do CDDPH, presidido pelo ministro da Secretaria de Direitos Humanos (SDH). O principal colegiado do Poder Executivo na área de direitos humanos analisa casos de violação de direitos humanos importantes em âmbito nacional que lhe são encaminhados pelo

governo e entidades civis. Representam a CDHM sua Presidenta e deputados eventualmente convidados pela Ministra, em razão de seus envolvimento nos temas em pauta. O PL 4715/94, pronto para votação no plenário da Câmara, converte o atual CDDPH em Conselho Nacional de Direitos Humanos, com maior autonomia e recursos.

No decorrer de 2010, o CDDPH instaurou, entre outros procedimentos, um para apurar a criminalização de movimentos sociais e defensores de direitos humanos. Ações dessa natureza tem sido realizadas por agentes públicos que usam para isso o poder de Estado, além de órgãos de mídia que usam concessões públicas para praticar injúrias e ofensas de modo a desconstruir a imagem e distorcer o sentido das lutas sociais, procurando destituí-las de legitimidade e jogando a opinião pública contra tais movimentos.

Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa - Criado em 2006 por meio de uma articulação da CDHM e entidades civis, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa reúne cerca de 30 entidades com a missão de promover a prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira e fortalecer a participação cidadã, o controle social e o monitoramento sobre esta política.

O Comitê adota mecanismos de diálogo entre os poderes do Estado e a sociedade civil, posiciona-se acerca de fatos relevantes e acompanha de forma sistemática a atuação do Brasil nos espaços sobre direitos humanos na ONU, OEA e Mercosul. Este tem sido um fórum relevante na promoção de debates e na articulação entre a sociedade e o poder legislativo.

Em junho de 2010 a CDHM e o Comitê realizaram seminário com representantes dos candidatos a Presidente da República para que eles apresentassem as propostas de seus candidatos na interface direitos humanos/relações internacionais. Foi proposto a eles um termo de compromisso com dez metas na área, com as quais todos os representantes se comprometeram. Nilmário Miranda representou Dilma Rousseff e José Gregori, José Serra. Ambos foram ministros da pasta de Direitos Humanos.

Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania - Criada em 2002, a campanha já recebeu mais de 35 mil denúncias, com procedência, de abusos na programação da televisão brasileira. Coordenada pela CDHM, a campanha promove o respeito aos direitos humanos na TV, com a participação de dezenas de entidades da sociedade civil, profissionais e acadêmicos da área de comunicação, tendo produzido efeitos significativos na conscientização e mobilização da sociedade para cobrar da mídia ética e responsabilidade social. A Presidenta da CDHM é quem coordena a campanha, que tem uma comissão executiva formada por representantes das entidades parceiras da sociedade civil.

Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos - Tem sido espaço pluralista de reflexão, troca de experiências e produção de subsídios para políticas públicas. A última edição foi em 2009, quando o 11^a Encontro do Fórum discutiu e articulou a defesa do PNDH-3. Em alguns de seus encontros,

o Fórum recebeu também parlamentares federais de países vizinhos. O portal da CDHM na internet dispõe de um espaço próprio o Fórum, contendo inclusive um Manual do Parlamentar, com orientações para atuação na defesa dos direitos humanos nas esferas federal, estadual e municipal.

Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - Com participação de organizações do poder público e sociedade civil e presidida pelo ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, tem a missão de propor ações para a educação básica, ensino superior, educação não-formal, educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e para educação na mídia. O Comitê produziu o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e atua no sentido de garantir a elaboração de planos estaduais em todas as unidades da Federação.

Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Duas leis reconheceram como mortas as pessoas desaparecidas entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que em razão de suas posições políticas encontravam-se sob a custódia de agentes do Estado, quando faleceram de causas não-naturais. Cabe a esta Comissão analisar os processos de reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre o desaparecimento e morte dessas pessoas.

Fórum Nacional Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - O Fórum promove mobilizações e campanhas em defesa de políticas públicas para a prevenção e erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por ocasião de lançamento de campanhas e outros eventos relevantes, a CDHM realiza evento na Câmara.

GT Situações de Emergências Socioambientais - Este Grupo de Trabalho foi criado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, em 2010, com a perspectiva de incluir esse tema na agenda dos direitos humanos. Entre as metas do GT, contribuir para a criação de um Sistema Nacional de Prevenção e Atendimento em Desastres Socioambientais. Pela sociedade, participam do GT a Associação Nacional dos Defensores Públicos, a Cáritas Brasileira, a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, o Inesc, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão também participa.

Em setembro de 2010, o GT apresentou aos candidatos a presidente da República documento de compromisso com medidas destinadas a estruturar melhor nossa capacidade de resposta aos desastres socioambientais. As propostas são objeto de amplos consensos entre sociedade civil, comunidade científica e agentes públicos comprometidos com a solidariedade às populações atingidas.

GT Criança no Parlamento - Articulação que reúne a CDHM, a Frente Parlamentar Pró- Criança e do Adolescente, o CONANDA, UNICEF, Inesc, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e Agência de Notícias da Infância (Andi). Este GT acompanha a agenda parlamentar de interesse da área, especialmente no que diz respeito ao Orçamento da União.

Coordenação do Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos em Situação de Risco – Encarregado de formular políticas públicas e o Plano Nacional para o setor, é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos. A CDHM é representada nesta Coordenação.

GT Migrações e Refúgio - Criado para acompanhar as políticas públicas para brasileiros vivendo no exterior e estrangeiros no Brasil, o GT tem a participação de entidades da sociedade civil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Dois temas tem atraído os esforços do GT: a defesa perante o Ministério da Justiça de uma nova Lei das Migrações, em substituição à atual Lei dos Estrangeiros, e a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos do Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias. O presidente Lula enviou no final de 2010 mensagem para a ratificação.

NOTAS OFICIAIS

(Íntegra das notas disponível no site da CDHM: www.camara.gov.br/cdh)

13/01

Nota da CDHM sobre tragédia no Haiti e falecimento de Zilda Arns

A CDHM lamentou o trágico abalo sísmico ocorrido no Haiti, no qual faleceu uma das mais expressivas militantes de direitos humanos no Brasil, a Dra. Zilda Arns.

14/01

Nota da CDHM sobre o PNDH-3

A CDHM expressou o seu integral apoio ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), registrando que o considera um grande avanço democrático.

01/06

Nota da CDHM sobre o ataque de Israel à flotilha humanitária

A CDHM se manifestou sobre o ataque do governo de Israel à flotilha humanitária que buscava entregar alimentos e outros produtos à população penalizada pelo bloqueio à Faixa de Gaza.

22/07

Pela garantia das condições de trabalho do Ouvidor de Segurança Pública do Maranhão

A CDHM se manifestou em defesa da garantia das condições de trabalho do Ouvidor de Segurança Pública do MA, após assassinato de testemunha que colaborava com o Ouvidor em investigações sobre corrupção no sistema penitenciário do estado.

04/08

Em defesa da vida da iraniana Sakineh Ashtiani

A CDHM divulgou nota em tom de repúdio à condenação à morte por apedrejamento da cidadã iraniana Sakineh Ashtiani, somando-se ao gesto do presidente Lula, que se manifestou em favor da iraniana, e ressaltando que Constituição Federal estabelece os direitos humanos como parâmetro das relações internacionais do Brasil.

05/08

Nota de pesar pelo falecimento do militante Magno Cruz

A CDHM lamentou o prematuro e inesperado falecimento de Magno Cruz, histórico militante de direitos humanos e do movimento negro do Maranhão e do Brasil, além de ter sido, também, ativo militante pelo direito à comunicação, atuando no campo da comunicação popular.

10/08

CDHM recebe informações do MDIC sobre exportação de armas

A CDHM recebeu do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) informações sobre exportação de armas para países em conflitos étnicos e religiosos. Requerimento semelhante também foi enviado ao Ministério da Defesa, do qual não obteve retorno.

21/09

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

A CDHM se manifestou sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, lembrando que Convenção internacional sobre o tema, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2006, tornou-se parte da nossa Constituição Federal, sendo aprovada no Congresso Nacional em 2008, com status de emenda constitucional.

25/11

Pela segurança da população civil do Rio de Janeiro

A CDHM se manifestou acerca dos riscos à população civil decorrentes do confronto entre forças policiais e grupos de traficantes na região do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro(RJ).

10/12

Dia Internacional dos Direitos Humanos

Com o mote “celebrar conquistas, mirar desafios”, a CDHM se manifestou por ocasião do Dia Internacional dos Direitos Humanos.